t-DOMINGO — 29 DE NOVEMBRO DE 1987

Regulamentação vai retardar os

efeitos da Carta
ANTÓNIO ARRAIS

Metade dos dispositivos da fu-
tura Constituição não vai entrar
em vigor com a promulgação da
nova Carta: é que 167 dos 334 arti-
gos que compõem o texto, tal qual
ele foi aprovado pela Comissão de
Sistematização, dependerã o de
leis ordinárias, leis complementa-
res, códigos e leis estaduais e mu-
nicipais para sua completa vigên-
cia. A votação em plenário deverá
aumentar esse número.
Com número tão elevado de

dispositivos para ser decidido pelo
Congresso Nacional, a partir do
próximo ano, os próprios políticos
são os primeiros a prever que pou-
quíssimas leis serão apresentadas,
discutidas e aprovadas. A futura
Constituiçã o prevê, no artigo 7o
das Disposições Transitórias, que
as leis complementares e as leis
que deverão adaptar-se à Consti-
tuição serão elaboradas até o final
da atual legislatura (que termina a
31 de janeiro de 1991).
O Congresso Nacional costuma
trabalhar sob pressão, como está
ocorrendo agora na Constituinte,
embora os próprios prazos dificil-
mente sejam cumpridos. Quando
se trata de regulamentar dispositi-
vos constitucionais em leis ordiná-

rias, a coisa muda de figura. Para
se ter um exemplo, basta lembrar
que o artigo 45 da Constituição vi-
gente, que trata da fiscalização dos
atos do Poder Executivo pelo Po-
der Legislativo, só foi regulamen-
tado em lei em 1982, nada menos
que 15 anos depois.
Outros fatores a dificultarem a

votação de muitas leis ordinárias
ou leis complementares são as elei-
ções municipais já previstas, a pos-
sível eleição para presidente da
República (se confirmados os qua-
tro anos para Sarney) e até mesmo
eleições gerais, como querem al-
guns, o que tornaria 1988 um ano
completamente dedicado ao cum-
primento do calendário eleitoral,
com intensas campanhas em todo
o País. Até Brasília, sempre vazia
em época eleitorais, vai ter campa-
nha: no próximo ano serão eleitos
o governador e os deputados distri-
tais da Assembleia local.
Para muitos, o fato de a Consti-
tuição deixar tantos dispositivos
para posterior regulamentaçã o
não prejudica a futura Constitui-
ção nem as conquistas introduzi-
das pela Comissão de Sistematiza-
ção: para alguns, como o deputado
Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), é bom
que a legislação ordinária e com-
plementar fique para depois, para
o próximo Congresso Nacional, a
ser eleito em 1990 e empossado em
I

o

de fevereiro do ano seguinte.
"O Congresso atual, que se res-
tabelecerá com a dissolução da As-
sembleia Nacional Constituinte é,
como se viu ao longo das votações,
muito conservador: muitos dispo-

sitivos poderão cair, no plenário,
devido a esse perfil conservador. O
ideal seria, então, que toda a legis-
lação ordinária e complementar,
pelo menos naquilo que for mais
importante, fique para a decisão
do futuro Congresso, que poderá
ser mais progressista", sugere Vi-
valdo Barbosa, responsável por
um completo levantamento de to-
dos os dispositivos da futura Cons-
tituição que dependem de regula-
mentação pela lei ordinária e com-
plementar.
Vivaldo Barbosa admite que
será frustrante para o povo brasi-
leiro ver adiada por tempo indeter-
minado a regulamentação de im-
portantes dispositivos em que de-
positou sua confiança e esperança,
como a questão da reforma agrária
(emperrada até que a lei ordinária
vote a imissão de posse), ou a pró-
pria estabilidade no emprego, que
depende da lei ordinária para defi-
nir casos em que o trabalhador po-
de ser dispensado etc.
PARTICIPAÇÃO

O ex-deputado João Gilberto,
diretor do Centro de Acompanha-
mento e Estudos da Constituinte,
da Universidade de Brasília, alerta
para dispositivos que, permitindo
a participação do cidadão, como o
mandato de injunção, por exem-
plo, dependem da lei ordinária ser
posta em prática. É o caso, tam-
bém, de uma medida não ser vota-
da e haver inconstitucionalidade

por omissão. Se esses dispositivos
não forem votados em lei ordiná-

ria, a Constituição, nesses casos,
não entrará em vigor e o cidadão
terá prejudicado um dos seus di-
reitos.

Para o deputado Vivaldo Bar-
bosa, a razão da futura Constitui-
ção ter muitos dispositivos remeti-
dos para decisão posterior da lei
ordinária ou complementar signifi-
ca que na negociação nem sempre
o grupo progressista conseguiu
manter dispositivos na Constitui-
ção, optando, então, por colocar as
inovações para a regulamentação
posterior da lei ordinária ou com-
plementar, de modo a não perder
por completo a medida. Ele acha
que o ideal seria colocar tudo na
Constituição, pouco importando o
tamanho que ela viesse a ter. Mas
se uma medida tem de ir para a lei
ordinária, "menos mal", diz ele.

Outros parlamentare s lem -
bram o exemplo, sempre citado, da
Constituição americana, que tem
poucos artigos, deixa para a lei co-
mu m (a jurisprudência da Supre-
ma Corte dos Estados Unidos) o
detalhamento. A Constituição bra-
sileira, com 167 dos seus 334 arti-
gos (271 artigos permanente e 63
artigos da s disposições transitó-
rias), estaria mais perto dessa in-
fluência ao deixar que a lei ordiná-
ria detalhe as providências legais
para colocar em prática as deter-
minações constitucionais.

"Trem" incha mais

a máquina do Estado
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O "trem da alegria" dos servido-
res públicos que passou, sem vota-
ção, pela Comissão de Sistematiza-
ção e irá ao plenário da Constituinte,
consta dos artigos 46 e 47 das dispo-
sições transitórias do substitutivo
Bernardo Cabral, e ninguém sabe
quantas pessoas poderão ser benefi-
ciadas, porque não se refere apenas à
União, mas, também, aos estados e
municípios.

Diz o artigo 46: "Os atuais ocu-
pantes de cargos públicos cuja inves-
tidura tenha decorrido de lei federal,
estadual ou municipal, na forma pre-
vista na parte final do parágrafo Io
do artigo 97 da emenda constitucio-
nal n° 1, de 17 de outubro de 1969,
ficam efetivados nos respectivos car-
gos e estabilizados, desde que con-
tem cinco ou mais anos de serviço".
(A parte mencionada do parágrafo Io
do artigo 97 da Constituição vigente
é a que permite exceções para o prin-
cípio de que a primeira investidura
em cargo público sempre se dará por

PASTAGENS!!! SEMENTES!!! •
Ligue (CUV 37-4418 / 36-9405
Telex: <m • nomtmn SementesFiscalizada

CÁSÁ^
CENTRA
CERTEZA DO MELHOR NATAL

Atacado e Varejo.
Despachamos para todo o Brasil.

SEMP TOSHIBA
EM CONTATO COM O AMANHA

— tCASACENTRO)
V. O MENOR PREÇO 00 BRtSIL J/

Shopping Morumbi I). 51-S e filiais.

meio de aprovação em concurso pú-
blico.)
O artigo 47, por sua vez, estabele-
ce: "São estáveis os atuais servidores
da União, dos Estados, do Distrito
Federal e dos Municípios que, à data
da promulgação desta Constituição,
contem, pelo menos, cinco anos de
serviço na administração direta on
indireta, inclusive em fundações ins-
tituídas e mantidas pelo poder públi-
co". E seu parágrafo Io

acrescenta:

"Os servidores de que trata este arti-
go, na hipótese de se encontrarem
ocupando cargos vagos, serão neles
efetivados". Ficam excetuados pelo
parágrafo 2o

os cargos de confiança.

A diferença entre um artigo e ou-
tro é que, no primeiro caso, se trata
de funcionários regidos pelo estatuto
da categoria e que serão efetivados e
estabilizados no cargo (pelo estatuto,
a estabilidade é alcançada depois de
dois anos de exercício como funcio-
nário efetivado). No segundo caso,
trata-se de servidores em geral, regi-
dos pelo regime da Consolidação das
Leis do Trabalho (CLT). A estes, des-
de que contem, pelo menos, cinco
anos Se serviço, pretende se conferir
estabilidade.

Artigo contraria

plano de carreira
. Pelo menos 91.062 funcionários da
União, que ingressaram na administra-
ção pública sem concurso prévio, serão
favorecidos, caso o plenário da Consti-
tuinte aprove o artigo que concede es-
tabilidade aos servidores com cinco
anos de serviço. Mas, segundo o secre-
tário-geral do Ministério da Adminis-
tração, Gileno Marcelino, a aprovação
desse artigo contraria o espírito do pla-
no de carreira a ser votado pelo Con-
gresso, que estabelece que o ingresso
no serviço público ocorrerá, obrigato-
riamente, mediante concurso. Para en-
quadrar na carreira os que entraram
por tabelas especiais também será ne-
cessário um concurso prévio, de acordo
com a emenda do relator do projeto na
Câmara, deputado Jutah y Júnior
(PMDB-BA).

Para Gileno Marcelino, a aprova-
ção do novo "trem da alegria" impede
que a Administração seja justa com
funcionários concursados: "O artigo faz
com que o plano de carreira comece a
ser efetivado com o passado já zerado
por decisão da Constituinte, mas, neste
caso, usando como via de correção do
passado o favorecimento".

Política

pihjç^y ESTADO DE S. PAULO

Kenji Honda - 9/3/87
Fernando Henrique Cardoso

Carlos Chicarino -17/1/85

Sandra Cavalcanti Álvaro Vale

Alencar Monteiro -10/4/81

Lúcio Alcântara

Parlamentarismo e burocracia
SILVIA CAETANO

Parlamentaristas históricos, co-
mo a deputada Sandra Cavalcanti
(PFL-RJ), ou mais recentes, como o
senador Fernando Henrique Cardoso
(PMDB-SP), consideram improce-
dente a alegação de que o parlamen-
tarismo aprovado pela Comissão de
Sistematização da Constituinte não
funcionará eficazmente porque o
País não dispõe de uma burocracia
profissionalizada e estruturada. Eles
argumentam que o anteprojeto de
Constituição já aprovado adota, de
forma rigorosa, mecanismos que for-
çarão o aperfeiçoamento da burocra-
cia brasileira.

Mas presidencialistas doutriná-
rios, como os deputados Lúcio Al-
cântara (PFL-CE) e Álvaro Valle (PL-
RJ), embora admitam que uma buro-
cracia estável deva ser pré-requisito
para a inplantação do parlamenta-
rismo, ponderam que seu aprimora-
mento não decorre do sistema de go-
verno adotado no País. Para Lúcio
Alcântara, o problema da burocracia
brasileira tem origem cultural, é cau-
sado por práticas pojítico fisiológi-
cas, enquanto, para Álvaro Valle, a
lei não tem força para modernizar o
setor. Segundo ele, enquanto não for
possível dissolver o Parlamento, o
aparelho burocrático continuará a
serviço de interesses eleitoreiros.
Sandra Cavalcanti aconselha
aos quem prevêm o fracasso do par-
lamentarismo, devido à situação da
máquina burocrática no País, que
leiam o anteprojeto de Carta aprova-
do pela Comissão de Sistematização
da Constituinte. Ela assegura que, a
partir da promulgação da nova Cons-
tituição, a burocracia será aprimora-
da por meio de escolas especializa-
das, do acesso por concurso e do pro-
gresso na carreira em função de mé-
ritos do servidor público. Admite, po-
rém, que esses princípios não deve-
riam prevalecer apenas no regime de
gabinete, mas em todo regime, "pois
são essenciais à vida pública de qual-
quer país".

A deputada do PFL dispara con-
tra o atual sistema de governo, afir-
mado que "o presidencialismo tem o
vício, do clientelismo e do fisiologis-
mo. É um mito imaginar que sua ma-
nutenção por mais algum tempo per-
mitirá a entrega de uma burocracia
aperfeiçoada ao governo de gabine-
te. Quem vai fazer isso será o parla-
mentarismo".

A parlamentar discorda dos que
afirmam que a falta de autonomia do
Banco Central impedirá o funciona-
mento correto do parlamentarismo,
notando que o anteprojeto de Carta,
já aprovado, assegura essa condição,
"apesar da forma de provimento de
sua presidência". A autonomia do
Banco Central estará garantida por
seu modo de funcionar, independen-
temente do Ministério da Fazenda, e
com suas decisões submetidas ape-
nas à análise do gabinete parlamen-
tar", acrescenta Sandra Cavalcanti.

Ela também contesta a alegação
de que deve haver a possibilidade da
dissolução incondicionada do Parla-
mento para o sistema funcionar, ar-
gumentando que o mecanismo não
existe em nenhum país do mundo. O
Parlamento, acrescentou, só é dissol-
vido quando determinadas circuns-
tâncias ocorrem, quando há voto de
desconfiança, o Congresso não reúne
maioria, ou quando o primeiro-mi-

nistro paga para ver se forma maio-
ria na Câmara, mas isso está previsto
no texto aprovado.
Sandra Cavalcanti reconhece
que seria ideal o parlamentarismo
conviver com o voto distrital, mas
acha que a adoção deste não é im-
prescindível ao sistema de gabinete,
acrescentando que o sistema vai pro-
mover a consolidação dos partidos e
da burocracia.
Também o senador Fernando
Henrique Cardoso refuta a alegação
de que é preciso manter o presiden-
cialismo mais algum tempo para or-
ganizar a burocracia. "O presidencia-
lismo reina no País há anos e nada
fez para isso", frisou, reconhecendo,
porém, que sem uma burocracia es-
tável e organizada, o parlamentaris-
mo não terá condições de funciona-
mento eficaz.

Ele cita informações do senador
Afonso Arinos para afirmar que na
maioria dos países parlamentaristas,
o sistema de voto é proporcional.
"Afirmar que o parlamentarismo só
funciona com voto distrital é repro-
duzir preconceitos", acrescenta, ob-
servando que, embora distritalista,
acha que a adoção do voto distrital
não é condição indispensável ao fun-
cionamento do parlamentarismo.
Aos que argumentam que o siste-
ma de gabinete não terá êxito por

não ser possível a dissolução incon-
dicionada do Parlamento, o senador
por São Paulo aconselha a leitura do
anteprojeto da Comissão de Siste-
matização, que prevê a medida. Ele
adverte, porém, que a dissolução da
Câmara é providência rara em outros
países e não deve ser desejada como
mecanismo utilizado habitualmente.

Como Sandra Cavalcanti, o sena-
dor paulista afirma que o Banco Cen-
tral será autónomo depois da pro-
mulgação da nova Carta, porque,
embora seu presidente seja indicado
pelo presidente da República, deve
receber a aprovação do Congresso.
Já em relação à questão da burocra-
cia, observa que o mais importante é
definir como ela será composta, o
que também "está previsto no ante-
projeto aprovado pela Sistemati-
zação".
"Até agora tivemos um sistema
patrimonial, sem critérios de racio-
nalidade no acesso aos cargos, nem
exigência de eficiência para exercê-
los. O provimento depende apenas
da vontade do rei", acentua Fernan-
do Henrique.

PRESIDENCIALISTAS

Presidencialista doutrinário, o
deputado Lúcio Alcântara afirma ser
desejável a existência de uma buro-

Projeto aumenta a eficiência
Somente este ano o governo deu o
passo decisivo para a implementação
de uma política de pessoal do serviço
público civil da União e territórios,
com a formação de um quadro único
de servidores mediante criação de um
sistema de carreira, que pretende
acabar com o fisiologismo e a abun-
dância dos cargos em comissão. "Não
deixa de ser um preparo para a im-
plantação do parlamentarismo no
País", acredita o secretário-geral do
Ministério da Administração, Gileno
Marcelino.

A seu ver, a alternância de parti-
dos no poder e a dependência do gabi-
nete, no sistema parlamentarista, tor-
nam frequentes as trocas de governo.
"Nestes casos, a administração públi-
ca simplesmente não pode parar, co-
mo hoje ocorre. Quando da mudança
de um ministro de Estado, verifica-se
a paralisia no setor até que os muitos
cargos de confiança sejam, também,
novamentem empossados", disse Gi-
leno.

O projeto de sistema e carreira
encontra-se hoje em período de análi-
se na Câmara e deverá ser votado logo
que as lideranças partidárias che-
guem a um acordo sobre seu conteú-
do. Em linhas gerais, o projeto esta-
belece o concurso como única via de

acesso ao serviço público e possibilita
a ascensão funcional dos 570.991 ser-

vidores ativos da administração direta
e da autárquica, através de cursos e
concursos internos. O desenvolvi-
mento do funcionário na carreira se

fará por meio de progressão ou pro-
moção, condicionadas a programas de
capacitação. Em 25 anos, teoricamen-
te, o servidor pode chegar a cargo de
chefia ou de secretário de ministro de

Estado — este último cargo o ápice da
carreira.
Sendo assim, em cada ministério,
a troca de governo implica mudança
do ministro, chefe de gabinete e se-
cretário-geral, além dos pertencentes
a cargos de comissão, que o projeto de
carreira pretende sejam reduzidos ao
mínimo necessário para cada órgão.
Hoje^ existem 9.707 funções de Dire-
ção e Assessoramento Superiores
(DAS) e 55.115 funções de Direção e
Assistência Intermediárias (DAI) na
administração direta e autárquica.
Conforme Gileno, pelo menos 90%
destes cargos serão extintos com o
projeto.

Acoplado ao sistema de carreira
está o princípio de capacitação de pes-
soal, necessário para a ascensão por
mérito. Atualmente, do total de fun-
cionários da administração direta e
autárquica, 18,26% são apenas alfabe-
tizados ou possuem o 1° grau incom-
pleto. Possuem o 1° grau completo
25,70% dos servidores e 24,52% pos-
suem o 2° grau. São pessoas desprepa-
radas que precisam de treinamento
interno para progredir. Nesta segun-
da-feira, o ministro Aluizio Alves
anuncia o 1° vestibular da Escola Na-

cional de Administração Pública
(Enap), que formará o pessoal de eli-
te da administração pública. Os servi-
dores com nível superior terão a chan-
ce de progredir por meio do mestrado,
a ser oferecido pela Enap. Já o Centro
de Desenvolvimento da Administra-

ção Pública (Cedam) ficará responsá-
vel pelo treinamento de iniciação fun-
cional na carreira, de desenvolvimen-
to gerencial, treinamento em nível
técnico operacional, entre outros cur-
sos que possibilitarão o progresso do
servidor na carreira.

tfí

cracia para o funcionamento eficien-
te do parlamentarismo, mas lamenta
seu baixo nível de eficiência e de pro-
fissionalização no atual regime dé
governo. Pondera, no entanto, que q
problema não decorre do sistema de
governo, mas tem origem cultural e
práticas políticas fisiológicas." Tan-
to isso é verdade que existem ilhas
de eficiência na burocracia brasilei-
ra, como o Itamaraty, o Banco do
Brasil e a Receita Federal. Mas, na
medida em que a burocracia está à
disposição do governo e não funcio-
na, o povo e o contribuinte são preju-
dicados", opina o deputado pelo.
Ceará.

Ele avalia que a burocracia na-
cional poderá ser aperfeiçoada por
um processo natural de controle da
sociedade, que se vai instalando aos,
poucos, depois de vinte anos de auto-
ritarismo, período no qual reconhece
não ter havido freio contra seus ej&í
cessos. Acrescenta, também, que?«s
anteprojeto já aprovado contempla,
uma maior participação popular pa-
ra fiscalizar a máquina burocrática,
do governo, independentemente da
adoção do sistema parlamentarista.
Concorda, no entanto, que, para fun-
cionar adequadamente, o governo d<£
gabinete deve ter como pré-requisi-
tos a burocracia profissionalizada, a
autonomia do Banco Central assegu-
rada, a dissolução do Congresso ga-
rantida e a adoção do voto distrital.

Igualmente presidencialista con-
victo, o deputado Álvaro Valle abor-
da o problema de outro ângulo, recai*
sando-se a definir como parlamentar,
a fórmula adotada no anteprojeto
aprovado pela Comissão de Sistema-
tização. Para ele, o que se aprovou,
foi a implantação de uma oligarquia
parlamentar. "No presidencialismo^
o poder é dividido em três ramos,'
com o que se busca evitar a tirania,
mas, no parlamentarismo, todo po-
der está concentrado no parlamento/,
porque se pressupõe que ele seja^cv
povo em assembleia e, por está ra-
zão, a vontade do Parlamento é a
vontade do povo, o que é positivo."
Mas, em seguida, o deputado Álvaro
Valle coloca a seguinte questão: "Co-
mo se aferir se a representação popu-
lar é legítima, senão através da disso-
lução do Parlamento?"

Para o deputado pelo Rio de Ja-:
neiro, o anteprojeto de Bernardo Ca-
bral só permite a auto dissolução e!
não a efetiva possibilidade de disso-
lução pelo presidente da República.
Ele acredita, também, que o apare-!
lho burocrático continuará à disposi-^
ção dos interesses eleitoreiros no sis-
tema de gabinete, caso venha a ser
adotado. Álvaro Valle admite que o
parlamentarismo exige alguns pré-
requisitos para funcionar adequada-
mente, mas admite não lhes atribuir
tanta importância quando assegura-
dos apenas em lei e não através de
práticas políticas.
De qualquer forma, sem sua exis-
tência, o deputado do PL acha que o
parlamentarismo será "mera carica-
tura, sobretudo sem a possibilidade'
de dissolução do Congresso". Na sua
opinião, o Brasil acostumou-se a pe^
nar em termos de pessoas, formando-™
se a convicção de que somente o par-
lamentarismo evitará os males de-
correntes do poder concentrado nas":
mãos de alguns poucos, "o que não é
verdade, porque todo poder estará
concentrado no primeiro ministro €»
na oligarquia do Congresso".
Brasília-Ag. Estado

Centrão tenta acordo amanhã .-.Vr

to»

Amanhã à noite, em Brasília, co-
meçará a dar sinais de cristalização o
acordo entre grupos para votação
plenária da nova Constituição, du-
rante uma reunião do presidente da
Constituinte, Ulysses Guimarães, e
um dos representantes do Centrão,
deputado Roberto Cardoso Alves
(PMDB-SP). O encontro foi marcado
depois que Cardoso Alves conversou
com os integrantes do grupo e deles
recebeu delegação para iniciar os en-
tendimentos com os membros da Co-
missão de Sistematização.

A conversa preliminar entr e
Ulysses e Cardoso Alves ocorreu na
Base Aérea de Brasília, quando do
embarque do presidente Sarney para
o México. Esta informação foi dada
ontem, em São Paulo, pelo próprio
Cardoso Alves.

Segundo o deputado, Ulysses lhe
pediu a relação dos pontos mais po-
lémicos da Constituinte e foi por ele
alertado para o fato de que o Centrão
não abre mão de uma prerrogativa:
só irá para o texto da Constituição a
matéria que tiver um mínimo de 280
votos, isto é, a metade mais um do
total de constituintes. Os demais
pontos poderão, até mesmo, ser vota-
dos em bloco.

Ao desembarcar em São Paulo,
Cardoso Alves deixou claro duas coi-
sas: o Centrão não tem líderes nem
donos, e sim coordenadores, e os gru-
pos antagónicos — Comissão de Sis-
tematização e Centrão — caminham
para um acordo e para uma votação
mais tranquila em plenário. Cardoso
Alves viajará amanhã à tarde para
Brasília e jantará com Ulysses Gui-
marães, dando início ao entendimen-
to que poderá levar deputados e se-
nadores a votar a nova Constituição

sem tumulto e mais cedo do que se
espera.

O deputado paulista reafirmou
que o Centrão contava com 310 a 315
votos, mas perdeu alguns por inge-
rência do senador Marco Maciel
(PFL-PE). E revelou que, para tirar
votos do Centrão, "houve uma men-
tirada sem tamanho". Segundo ele,
muita gente mentiu, usando argu-
mentos do tipo: o projeto da Mesa é
melhor, o Centrão atua como rolo

compressor, faz o jogo do presidente
Sarney, não quer eleições no Distrito
Federal, não quer o parlamentaris-
mo, etc. Mas garantiu que, mesmo
tendo perdido votos, ainda pode con-
tar com os 280 constituintes fiéis.

Depois de ter conversado com
Ulysses, em Brasília, Cardoso Alves
se reuniu com vários constituintes
do Centrão, entre eles, Bonifácio de
Andrada, José Lins, Ricardo Fiúza,
José Lourenço, Gastone Righi e

Sérgio Borges - 6/9/87

Cardos o Alves diz te r delegação do Centrã o par a negociar

Amaral Neto, com quem acertou Oj
encontro de amanhã com o presiden-~
te da Constituinte, em Brasília.

Como encarregado da parte te-
mática do Centrão, o senador Jos£;
Lins já começou a preparar a lista de-
pontos básicos que o grupo pode ne-
gociar e ceder.

"Nossos entendimentos vão pro-
piciar uma votação mais racionaí'Ç
disse Cardoso Alves, que voltou gf
afirmar ontem que, para o Centrão^
os pontos de natureza polémica dif.
zem respeito ao direito de proprieda-
de no campo e na cidade, ingresso de
capital estrangeiro, abertura do País:
para a convivência com o mundo e*
ação da iniciativa privada.

SEM DONO

"No Centrão não hã movimento
tendente a uniformizar nosso pensa-
mento quanto ao tempo de mandato
do presidente e a forma de governei
Isso está além de nosso entendimem
to; cada um pode votar como qm-
ser", garantiu Cardoso Alves. Segun-
do ele, o Centrão considera que nu-
ma Assembleia Nacional Constituin-
te, o líder é um simples coordenador
de trabalho: "Não temos líderes, mas
simples coordenadores de plenário,
de presença, coordenadores temáti-
cos e outros. Ninguém pode falar em
nome do Centrão, a não ser depois de
ser autorizado por ele. O Centrão só
vai se entender nos acordos com o
presidente Ulysses Guimarães. Os
senadores Mário Covas e Fernando
Henrique Cardoso não podem ser os
porta-vozes do outro lado porque são
líderes de meio partido, ambos exer-
cem meia liderança porque o PMDB
está dividido, metade do partido está
com eles e a outra metade está com o
Centrão", finalizou Cardoso Alves.